

2.3. GESTÃO NARRATIVA NUM DESASTRE NATURAL

A SOBREPOSIÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO NO ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DA ALUVIÃO DE 2010 NA RTP¹

Gonçalo Pereira Rosa

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura,
Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa
Palma de Cima
1649-0234 Lisboa
Tf: 351 21 72 14 199
Email: goncalopr@yahoo.com

Resumo

A tempestade que surpreendeu a ilha da Madeira no dia 20 de Fevereiro de 2010 provocou rápidas cheias e deslizamentos de terras, causando a morte de 51 pessoas. Espectadores de todo o mundo assistiram horrorizados à destruição de algumas das mais icónicas zonas da Madeira.

À medida que as televisões concentraram meios e horas de emissão nesta ilha do Atlântico, iniciou-se uma batalha discursiva pelo controlo do rumo da narrativa jornalística. A nossa pesquisa confirma que, nos dias posteriores à aluvião, predominaram no Telejornal do canal público televisivo as sugestões de interpretação do evento associadas à responsabilização da natureza pelos acontecimentos sinistros de Fevereiro. Fontes contraditórias, com capacidade para adicionar outras explicações discursivas para o acontecimento, só encontraram receptividade jornalística uma semana depois.

A análise de conteúdo de um mês de produção noticiosa do Telejornal da RTP revela que a atenção jornalística sobre o caso se concentrou nos primeiros sete dias e que a profusão de fontes governamentais ou ligadas às autoridades constituiu a esmagadora maioria de fontes ouvidas.

A investigação sugere que, neste acontecimento trágico, típico da sociedade de risco proposta por Beck e Giddens, existiu um confronto discursivo entre os agentes políticos e os restantes agentes sociais pela formatação do enquadramento inicial proposto para explicar a ocorrência. As vozes dissonantes não dispuseram do mesmo acesso e tiveram escassa oportunidade de intervenção enquanto este enquadramento satisfiz as redacções.

Palavras-chave: risco; desastres; Madeira; jornalismo; enquadramentos

¹Resultados preliminares deste projecto foram comunicados no II Workshop Internacional de História do Ambiente, em Florianópolis (2011) e no I Congresso Internacional (Des)Memória de Desastre, no Funchal (2013).

Abstract

The storm that struck Madeira Island on February 20, 2010 triggered floods and landslides. 51 people subsequently died. Viewers around the world watched in horror the destruction of some of the most iconic areas of Madeira.

As televisions focused its scope and broadcasting hours on this island in the Atlantic Ocean, a discursive battle for the frame control of the story began.

The content analysis of a month of news production in RTP's main information programme shows that journalistic attention was concentrated in the first seven days after the crisis and that the profusion of government or authorities-related sources constituted the overwhelming majority of news sources.

Our research confirms that in the days following the flood, the public broadcast news programme favored the frame of a "sinister act of nature", sponsored by official political sources. Contradictory sources, with ability to add other discursive explanations for the event, only found receptivity a week later.

Keywords: risk; disasters; Madeira; journalism; news-frames

Introdução

A ilha da Madeira é sujeita periodicamente a aluviões de grande intensidade. Desde que existe história documentada na região, conhecem-se pelo menos três dezenas de episódios marcados por cheias rápidas e violentas, que geram correntes de detritos com elevada concentração de material sólido e enorme potencial destrutivo (Oliveira et al, 2010: 1). No imaginário dos madeirenses, permanecem ocorrências sinistras como a de 9 de Outubro de 1803 (Quintal, 1999), responsável por um milhar de mortos, entre outros episódios. A pesquisa documental de Raimundo Quintal contabilizou aliás oito aluviões registadas no século XIX e vinte e duas no século XX, treze das quais ocorridas entre 1970 e 1999, o que sugere que o crescimento urbanístico e "a ocupação das cotas mais elevadas das vertentes" (Oliveira et al, *ibidem*) potenciam o aumento do risco de perdas de vida humana associadas a este fenómeno climático. Silva et al (2003: 3) acrescentam outros factores de agravamento de risco: "alterações climáticas no arquipélago, a crescente impermeabilização do solo e subsolo, e a ocupação e estreitamento dos leitos das ribeiras ao longo dos cursos superior, médio e inferior, respectivos".

O episódio de 20 de Fevereiro de 2010 resultou, em primeira instância, de uma anormal concentração de pluviosidade na região. Entre Outubro de 2009 e Fevereiro de 2010, os diversos postos de monitorização da ilha registaram precipitações acumuladas superiores a 1000 milímetros (Oliveira et al, *opus cit*: 5) e, nos dias 2, 18 e 20 do mês do acontecimento fatídico, esses valores superaram 100 milímetros/dia, constituindo um cenário de saturação da capacidade de absorção de água pelos solos.

Concentrada sobretudo nos concelhos do Funchal e da Ribeira Brava, a tempestade de 20 de Fevereiro começou aproximadamente às 5 horas da madrugada, acentuou-se às 8 e manteve um registo invulgar até às 13 horas. Em alguns postos de monitorização, superou o



registo de 100 milímetros numa única hora. Às 17 horas, dissipou-se, depois de os leitos das ribeiras João Gomes, Santa Luzia e São João terem transbordado e de toneladas de detritos vegetais e minerais terem sido violentamente transportadas, com descargas concentradas na baía do Funchal, que rapidamente alagou. Das inundações que se seguiram, resultaram 48 mortes confirmadas pelo Ministério Público da Madeira (MP, 2011), havendo ainda três óbitos adicionais, causados por múltiplos ferimentos, que se admite poderem também resultar do episódio. No inquérito instalado no dia 22 de Fevereiro de 2010 e concluído em 30 de Março de 2011, apurou-se que não existiram indícios “que permitam imputar a morte de qualquer das vítimas acima referidas a acto humano, voluntário ou meramente negligente, antes se afigurando todas elas resultarem de causa natural” (MP, 2011: 71).

Do ponto de vista jornalístico, todos os grandes meios de comunicação social portugueses concentraram esforços na cobertura noticiosa do acontecimento desde a manhã do dia 20. A RTP fez deslocar para a ilha alguns repórteres e utilizou também meios da sua congénere madeirense, destacando o episódio nos seus principais serviços noticiosos, dos quais o Telejornal é o mais antigo e popular formato.

Enquadramento

Ulrich Bech argumentou que um dos factores característicos da modernidade é o potencial político das catástrofes, a probabilidade de extrapolação das consequências de um evento para um quadro mais amplo de responsabilidade governativa. A assimilação colectiva do risco provoca igualmente pânico social. “A sociedade de risco é a sociedade catastrófica”, escreveu (Beck, 1992: 24), lembrando que o risco só se torna óbvio a *posteriori* e já não se cinge a fronteiras económicas, étnicas, geográficas ou culturais. Essa democratização e universalização do risco geram uma insegurança ontológica (Giddens, 1991), uma perda colectiva do sentido de continuidade e tradição, na qual os meios de comunicação jogam um importante papel através da divulgação abundante de sucessivos episódios de disruptura.

Já foi argumentado que o grande sismo de Lisboa de 1755 e consequentes maremoto e incêndios constituíram o “primeiro desastre moderno” (Dynes, 2000: 113) ou o primeiro “evento que se tornou um acontecimento noticioso global” (Murteira, 2004: 82). Helena Murteira documentou como o episódio de 1755 inaugurou o princípio das respostas a emergências coordenadas pelo Estado, uma determinação revolucionária para o século XVIII. Nasceram também no mesmo episódio as primeiras demonstrações transnacionais de solidariedade e oferta de apoio que ainda hoje sucedem na sequência de grandes desastres. A esta linha de raciocínio, Paanti e colegas (2012: 3) juntaram um dado adicional: foi o sismo de 1755 que constituiu a divisória fundamental na compreensão colectiva dos desastres naturais e das forças que os causam, encerrando o paradigma do desastre como punição para os pecados humanos (Murteira, *opus cit*).

Os meios de comunicação são os principais veículos de intermediação entre cada agente social e os desastres do mundo que os rodeia. “É através dos media que a maioria de nós descobre desastres e testemunha o sofrimento do mundo” (Paanti *et al*, *opus cit*: 1), mas a representação de cada episódio de devastação é socialmente construída e carregada de significados culturais e políticos em função de pressupostos dos jornalistas sobre a sua audiência (Liebes, 1998). A tragédia torna-se “o pano de fundo de parte substancial dos noticiários ou mesmo da sua totalidade”, transformando-se “no ponto de vista preferencial do espectador sobre o evento, o que acentua o dramatismo” (Cintra Torres, 2006: 72).

A selecção dos desastres que merecem atenção jornalística é um processo complexo e subjectivo, profundamente inscrito na matriz cultural de cada comunidade e dependente de variáveis organizacionais. Ao analisar a cobertura noticiosa de desastres naturais por parte da televisão flamenga, Stijn Joye (2010) verificou que há uma forte sobre-representação na agenda televisiva dos desastres ocorridos no espaço europeu apesar de eles constituírem

pouco mais de um décimo dos desastres totais ocorridos no globo. A explicação é obviamente cultural: os media ocorrem aos desastres com os quais estabelecem afinidade cultural, económica ou civilizacional, aplicando-lhes critérios profissionais como o “cálculo de morte” (Cottle, 1999; Paanti *et al*, 2012), a projecção do número de baixas em função da relevância do sítio devastado para cada audiência, a possibilidade de obter imagens televisivas em directo ou de grande impacto, o tipo de regime político em vigor no país afectado ou o custo da deslocação e manutenção das equipas de reportagem (Brighton e Foy, 2007).

Na conclusão de uma obra extensa de análise da cobertura jornalística norte-americana da guerra do Vietname, Daniel Hallin (1986) propôs um modelo descritivo do mundo operativo dos jornalistas em função do tema da cobertura, da hegemonia das fontes oficiais sobre a informação e do grau de unanimidade na comunidade sobre o mesmo. Dividiu-o assim em três regiões governadas por diferentes padrões jornalísticos: a *esfera do consenso* reúne os temas sobre os quais existe coesão na sociedade, dispensando os jornalistas de expor teses contraditórias nos seus textos; na *esfera da controvérsia* legítima, decorre a maior parte da actividade jornalística, com regras próprias e exigências de equilíbrio, objectividade e contraditório; por fim, na *esfera do desvio*, os jornalistas assumem por osmose que as fontes não merecem representação no campo das notícias, pois as suas teses são radicais e minoritárias.

Uma vasta bibliografia sobre a representação de desastres naturais nas notícias (Cf. Bennet, 1990; Semetko e Valkenburg, 2000) conclui que, na maioria dos episódios, a discussão decorre na esfera do consenso, através da qual os jornalistas estabelecem empatia com as comunidades afectadas, partilham a sua dor, transformam-nas numa extensão de um “nós” comunitário e propõem pacotes interpretativos (Gamson e Modigliani, 1989) que sugerem a sobredimensão das forças naturais como principal causa para o evento, desresponsabilizando por consequência qualquer interferência humana no ordenamento do território ou resposta à emergência.

Pontualmente, porém, há desastres naturais construídos sob outro prisma. O furacão Katrina em 2005 foi uma dessas instâncias. Face à ausência de fontes governamentais para cadenciar logo à partida o fluxo de informação, a cobertura jornalística sobre esse desastre nos EUA enfatizou os erros de planeamento e resposta do governo federal (Durham, 2008; Tierney *et al*, 2006), fazendo eco de um pacote interpretativo muito mais crítico e alheio às circunstâncias climáticas anormais.

Num trabalho decisivo sobre o processo de responsabilização nos desastres, Tamar Liebes (1998) argumentou que a busca de um culpado é uma marca comum a todas as representações jornalísticas de desastres naturais, sobretudo quando se prolongam por mais do que um dia nas “maratonas de desastre”. A responsabilização oscila como um pêndulo entre as forças inclementes da natureza e as deficiências governativas e um dos factores fundamentais nessa batalha discursiva joga-se precisamente nos primeiros dias. É aí que se formata grande parte das coberturas noticiosas e se constroem as repercussões duradouras. A ausência de autoridades para gerir o fluxo de informação nas primeiras horas facilita a difusão dessa perspectiva.

Metodologia

A nossa análise empírica concentrou-se na cobertura jornalística do Telejornal, o mais antigo programa de informação da televisão portuguesa, ininterruptamente no ar na RTP desde 1959. Segundo a Markttest², em Fevereiro de 2010, o primeiro canal da RTP recolheu 24,7% do share de audiência (contra 27,5% da TVI e 25,3% da SIC), mas o Telejornal foi o único formato

²Informação recolhida de <http://www.markttest.com/wap/a/n/id~14f3.aspx> [acedido no dia 14 de Janeiro de 2015].



de informação na lista dos 10 programas mais vistos do mês. Curiosamente, a emissão com mais espectadores não foi a do próprio dia 20, mas a do dia 22, durante a qual o Telejornal, difundido em directo a partir da Madeira, dedicou 122 minutos ao acontecimento.

A primeira fase do projecto consistiu numa caracterização quantitativa da cobertura televisiva durante um mês, com início no fatídico dia 20 de Fevereiro. Medimos cinco indicadores: número de peças por edição do Telejornal sobre o tema, entendendo por peça um bloco televisivo coeso e separado por pausas ou separador sonoro na narração do *pivot*; duração (em minutos) do destaque concedido ao tema; utilização da aluvião da Madeira como notícia de abertura, pressupondo que a notícia de abertura de cada edição corresponde ao tema considerado mais relevante pela redacção; número de “directos” por emissão, admitindo que o recurso ao directo constitui uma instância rara que, só por si, sugere a excepcionalidade da realidade destacada, “um real preparado, cerimonial, encenado para consumo televisivo” (Santos, 2003: 196-199); e, por fim, tipologia de fontes, consoante o seu grau de acesso à antena (autoridades políticas; cientistas; ambientalistas; membros das equipas de socorro ou das forças da ordem; celebridades; representantes da Igreja; representantes de escolas; e *vox populi*, englobando nesta categoria as vítimas ou familiares de vítimas e os cidadãos anónimos escutados apenas na qualidade de testemunhas directas ou indirectas do acontecimento).

Numa segunda fase do projecto, concentrámo-nos nas estratégias de influência do enquadramento escolhido pelo canal público de televisão para interpretação do caso. Analisámos assim todas as instâncias em que o jornalista, ou as fontes por ele escutadas, forneceram pistas linguísticas para interpretação do evento, ora atribuindo-lhe uma carga determinista através daquilo a que Teun Van Dijk chamou a “semântica do perigo” (1988), ora sugerindo responsabilidades das autoridades na dimensão da catástrofe. Esta análise, pela sua natureza, foi conduzida numa base qualitativa, listando todas as instâncias detectadas no discurso televisivo e comparando a sua frequência nos dois espectros de enquadramentos – a “fúria da natureza” ou a “culpa dos homens”. Com frequência, a mesma edição do Telejornal expôs mais de um enquadramento, mas a autoridade atribuída a cada uma destas propostas explicativas variou muito. Como Wolfsfeld (1997: 32) já antecipara, os enquadramentos profundamente enraizados numa cultura são os mais poderosos, pois raramente são escrutinados e tendem a ser aceites como adquiridos. Nenhum mito persiste há mais tempo na nossa cultura do que a noção de equilíbrio ténue com a natureza e da fragilidade humana face à fúria dos elementos, pelo que a sua sugestão geraria sempre elevada ressonância.

Resultados

A leitura quantitativa dos resultados fornece várias pistas para a interpretação da representação deste desastre nas notícias. A atenção dos meios de comunicação é um bem efémero, que se esfuma em poucos dias. A primeira semana (entre 20 e 27 de Fevereiro) correspondeu ao pico da cobertura noticiosa. Nos sete primeiros dias, o programa de informação da RTP dedicou sempre 15 ou mais peças ao caso, com um pico máximo no dia 24 (com 17 peças sobre o mesmo tema).

A partir do final da primeira semana, a atenção jornalística esmoreceu, ao ponto de, a partir do dia 3 de Março, a estação abandonar este tema – muito por responsabilidade de outra tragédia, o desastre dos mineiros do Chile, que atraiu de imediato os holofotes da comunicação social internacional e cumpriu o inevitável ponto de saturação, ou momento *kairos* (Rebelo, 2006), que todos os temas cumprem na sua luta por atenção na agenda pública.

A RTP só voltou à Madeira quando se aproximava o primeiro mês desde a aluvião, confirmando que os marcadores abstractos (“um mês depois”, “um ano depois”) constituem valores-notícia relevantes em jornalismo.

Figura 1: Indicadores quantitativos da cobertura do Telejornal sobre a aluvião da Madeira. Nos dias não referidos na tabela, não houve referências à aluvião no programa.

DIAS	PEÇAS	DURAÇÃO	REF. ABERTURA	DIRECTOS	FONTES
20/02	11	26m08	Sim	1	6 políticos; 1 cientista; 4 <i>vox populi</i>
21/02	20	54m01	Sim	6	3 políticos; 5 cientistas; 1 ambientalista; 2 celebridades; 2 socorristas; 14 <i>vox populi</i>
22/02	20	122m20	Sim	6	9 políticos; 1 celebridade; 3 socorristas; 17 <i>vox populi</i>
23/02	24	55m24	Sim	4	11 políticos; 4 socorristas; 1 membro da Igreja; 5 celebridades; 19 <i>vox populi</i>
24/02	17	37m35	Sim	2	5 políticos; 6 socorristas; 3 celebridades; 2 cientistas; 2 membros de escolas; 9 <i>vox populi</i>
25/02	18	51m03	Sim	3	4 políticos; 6 socorristas; 1 celebridade; 2 cientistas; 1 membro da Igreja; 28 <i>vox populi</i>
26/02	15	35m33	Sim	2	10 políticos; 1 cientista; 5 socorristas; 2 membros de escolas; 17 <i>vox populi</i>
27/02	5	16m42	Não	1	1 político; 1 membro da Igreja; 3 socorristas; 14 <i>vox populi</i>
28/02	10	15m47	Não	2	1 político; 5 celebridades; 5 socorristas; 2 membros da Igreja; 1 membro de escolas; 8 <i>vox populi</i>
01/03	4	8m55	Não	1	3 políticos; 1 socorrista; 1 celebridade
02/03	3	3m41	Não	0	1 socorrista; 1 <i>vox populi</i>
03/03	1	2m01	Não	0	1 socorrista; 2 <i>vox populi</i>
10/03	1	1m58	Não	0	1 <i>vox populi</i>
11/03	1	0m38	Não	0	1 político
12/03	2	3m32	Não	0	2 políticos
13/03	1	1m27	Não	1	1 político
14/03	1	1m35	Não	0	1 celebridade; 1 <i>vox populi</i>
19/03	1	2m00	Não	0	1 político; 1 cientista
20/03	4	12m14	Não	1	1 político; 2 cientistas; 2 <i>vox populi</i>

Do ponto de vista do tempo dedicado ao tema, a interpretação da Figura 1 é igualmente clara: até ao dia 26 de Fevereiro, a RTP dedicou pelo menos meia hora da emissão do seu programa de informação ao caso, com destaque para o dia 22, ao longo do qual consumiu mais de duas horas com a tragédia da Madeira. A proximidade cultural, linguística e geográfica do local do desastre constituíram factores de reforço da noticiabilidade (Cottle, 1999; Paanti *et al*, 2012).

A partir da primeira semana, o tempo de emissão reduziu drasticamente, só voltando a superar a marca dos 10 minutos precisamente um mês depois do caso. Em consonância com esta leitura, a aluvião da Madeira constituiu tema de abertura do Telejornal entre 20 e 26 de Fevereiro, não mais merecendo essa distinção. E o número de “directos” acompanhou também essa curva: nos primeiros dias, com equipas no terreno, a estação pública chegou a organizar seis momentos diferentes em directo da Madeira, mas, a partir do ponto de saturação da primeira semana, esse carácter distintivo foi guardado para outros acontecimentos e a estação pública deixou de intervir em directo na região autónoma. Como resultado deste rápido pico de interesse não se chegou a verificar a árdua busca de causas e responsáveis para o desastre, como sucedeu noutras instâncias da mesma tipologia (Liebes, 1998).

Estes quatro primeiros indicadores sugerem assim que a formatação fundamental do enquadramento dominante processou-se na primeira semana do acontecimento, durante a qual foi feito o maior investimento por parte de cada fonte na promoção simbólica da sua interpretação. Mesmo durante os trabalhos de socorro, durante os quais seria expectável que a atenção dos media se focasse nos membros das forças da ordem ou das unidades de socorristas, houve sempre agentes políticos disponíveis para formatar a recepção da informação, condicionando o fluxo e respondendo ao apelo emitido pelo presidente do Governo Regional da Madeira no próprio dia 20, alertando para a necessidade de dar “prioridade e tratar dos vivos”, não perdendo tempo com aquilo que o presidente da Câmara Municipal do Funchal chamou “a conversa de café” dos críticos (Diário da Madeira, 20 e 21 de Fevereiro).

A análise da tipologia de fontes às quais os jornalistas da RTP recorreram para contextualizar o acontecimento é igualmente consonante. Das 59 fontes oriundas do universo político escutadas ao longo do mês da amostra, 48 foram ouvidas nos primeiros sete dias, sintoma evidente da estratégia de disponibilidade das autoridades políticas para a antena jornalística, não permitindo silêncios constrangedores mesmo quando a informação disponível sobre vítimas ou causas climáticas era ainda escassa.

Naturalmente, nem todas as fontes foram oriundas do Governo Regional. A aluvião de 20 de Fevereiro constituiu uma oportunidade para outros agentes políticos madeirenses intervirem no debate público, incluindo membros da oposição. No próprio dia 20, por exemplo, o coordenador do Partido Comunista Português na Madeira foi ouvido pela RTP e aproveitou para referir que as construções erguidas no leito das ribeiras agravaram as consequências do desastre natural, mas intervenções desta natureza foram minoritárias. O Telejornal escutou maioritariamente decisores do Governo Regional e autarcas do mesmo espectro partidário, reflectindo na agenda jornalística a mesma co-relação de forças que governa a região autónoma desde 1976.

A grande fatia de fontes referidas nas notícias foi ocupada por membros anónimos do público, entre vítimas, familiares de vítimas e meras testemunhas. A sua omnipresença ao longo de um mês de cobertura testemunha o carácter abrangente do acontecimento e salienta uma conclusão já apurada por outros estudos: nas tragédias e nas crises, as televisões tendem a escutar com mais intensidade os representantes anónimos da população, auscultando as suas apreensões (Pereira Rosa, 2013).

Ainda na apreciação das fontes com acesso à antena do Telejornal, refira-se a dificuldade dos cientistas e ambientalistas para colaborar no debate público, apesar de este constituir uma oportunidade efémera de interrupção da narrativa normal sobre progresso e tecnologia (Beck, 1992). Ao contrário do que sucedeu nos órgãos regionais de comunicação, a RTP forneceu poucas oportunidades aos cientistas para enquadrarem academicamente o acontecimento e menos ainda aos ambientalistas, que poderiam fornecer pistas para a descodificação mais

técnica do caso e para o seu debate no plano filosófico-moral.

A análise dos enquadramentos propostos ao longo de um mês revelou uma profusão desproporcionada de dispositivos discursivos associados à interpretação do episódio como um acto de fúria da natureza. A atribuição de propriedades orgânicas a acidentes orográficos foi uma constante: “as ribeiras galgaram”, “o vento e a chuva provocaram” e “o problema veio de cima”, disse-se no dia 20. Um dia depois, assegurava-se que “foi a chuva que causou isto tudo”. A 22, foi “a força da água e do vento que fez cair a grua”. Um dia depois, a própria expressão “fúria da natureza” foi utilizada” e um dos agentes políticos referiu “eu não estou para andar à porrada com a natureza”. O mesmo dispositivo linguístico continuou a ser detectado até final do mês, enfatizando o carácter violento e de *motu proprio* das forças naturais. Afinal, como se referia no dia 27, foram “as pedras que desceram a encosta”.

Uma segunda dimensão do mesmo pacote interpretativo registou-se na constante inserção da aluvião de 2010 numa cronologia antiga de acidentes climáticas, mas sob o prisma do recorde ou do registo mais severo. “Foi a pior tragédia natural dos últimos 100 anos”, registou o Telejornal no dia 21, enquanto uma fonte assegurava também que “nunca vi nada disto na minha vida”. A 24, comentava-se “o dilúvio nunca visto”; a 26, “parecia o fim do mundo” e “a pior coisa que vi em 60 anos” e a 28 era “uma das mais graves catástrofes da história”.

Ainda subordinada ao mesmo enquadramento, detectámos as analogias religiosas-mitológicas, mais raras, mas nem por isso inexistentes. Proliferaram as referências a “salvamentos praticamente milagrosos” (23 de Fevereiro) e, no dia 25, a metáfora religiosa foi até aplicada a uma infra-estrutura, pois “por milagre resistiu intacta a capela da aldeia”.

No espectro oposto, apesar de logo no dia 21 de Fevereiro a imprensa regional ter alertado para a existência prévia de estudos de geólogos, geógrafos e climatologistas (Cf Silva *et al*, 2003) sobre a permeabilidade das vertentes aos deslizamentos em situação de saturação dos solos, esse enquadramento foi seleccionado timidamente pelos editores do Telejornal. No dia 20 de Fevereiro, algumas peças foram subordinadas à tentativa de explicação do carácter cíclico das aluviões, mas sob o prisma do “problema que vem de cima”. No dia seguinte, foi necessário esperar pela 11.^a peça do Telejornal para registar o primeiro questionamento do enquadramento dominante: o trabalho jornalístico em causa procurou retratar os erros urbanísticos e de desflorestação das zonas em cotas elevadas da ilhas. Sugeria-se então que “a ribeira está completamente tapada por este edifício, daí que tenha saído por outras saídas”, mas a conclusão dominante não se alterou nos dias seguintes.

Pontualmente, ao longo dos vários dias de emissão, o Telejornal referiu-se “aos centros comerciais em cima das ribeiras” (22/02), “alguns casos de ordenamento mal feito [que] possam ser responsabilizados pelo agravamento da intempérie” (23/02) ou “ao cenário que já fora prevista no programa Biosfera de 2008” e que mimetizara praticamente todas as consequências do desastre de 2010.

Defendemos, no entanto, que o momento fundamental da consolidação do enquadramento principal ocorreu no dia 26, durante o qual foi transmitido uma entrevista em estúdio com o presidente do Governo Regional da Madeira que desmentiu os alertas “dos inimigos fidalgos que, como abutres e arautos da desgraça, vêm logo com histórias”. Desqualificou a opinião dos “técnicos que a comunicação social escolheu para me atacar” e, questionado sobre se retirava responsabilidades sobre o caso, comentou: “Não! Porque tudo o que eu fiz não foi ao ar. Está de pé!”

A partir desta proclamação do carácter extraordinário do fenómeno climático e, por arrastamento, da ausência de responsabilidade humana no ordenamento do território e na resposta à emergência, o Telejornal não voltou a sugerir enquadramentos alternativos até final do período da amostra.

Paradoxalmente, numa comunicação apresentada num congresso científico em 2003, Silva *et al* tinham alertado:

“Nas últimas duas décadas o concelho do Funchal esteve sujeito a modificações significativas no que diz respeito à ocupação do território. A crescente construção na baixa citadina do Funchal e o estreitamento e ocupação dos leitos das ribeiras conduziram à impermeabilização do solo e subsolo, que tem vindo a danificar o património edificado, e que representa um perigo crescente face à possível ocorrência de cheias.” (2003: 9)

O seu estudo nunca foi citado no Telejornal.

Conclusões

A aluvião do dia 20 de Fevereiro de 2010 constituiu um inegável desastre natural que marcará a memória colectiva da ilha durante muito tempo. A representação jornalística de um acontecimento desta natureza, imprevisto, disruptivo e com forte carga emocional, apresenta dificuldades acrescidas aos profissionais de informação, dos quais se esperam padrões impossíveis de objectividade e distanciamento (Willis, 2003) face à dor de uma comunidade com óbvias afinidades culturais e linguísticas.

Os primeiros dias de cobertura noticiosa são fundamentais para definir os enquadramentos disponíveis para interpretar o significado da ocorrência. Esses enquadramentos são naturalmente sugeridos a partir de uma realidade que se desenrola velozmente, mas têm o condão de, ao serem enunciados e adoptados, excluírem outras possibilidades de interpretação. São simplificações teóricas, sobretudo em televisão, articuladas com o fim principal de fornecerem à audiência um sentido moral e uma sensação de encerramento para cada desastre.

O ênfase conferido à precipitação anormalmente elevada para a região e para o carácter intenso do fenómeno de pluviosidade do dia 20 tem naturalmente fundamentos científicos, mas não corresponde necessariamente à única dimensão explicativa para as consequências trágicas que custaram a vida a 51 pessoas. Como na maior parte dos desastres naturais documentados, os gestores de crise esforçaram-se por evitar enquadramentos de responsabilização humana, e o contraditório foi sempre escasso e espaçado. Como Daniel Hallin (1986) sintetizou, os desastres naturais produzidos em territórios de afinidade cultural e geográfica tendem a ser construídos na esfera do consenso, excepto quando a recolha de informação no terreno detecta de imediato inconsistências entre a narrativa proposta pelas fontes definidoras e a realidade construída pelos órgãos de comunicação. No caso da Madeira, região de forte unanimidade partidária e sem flutuações eleitorais, era expectável que a intervenção no debate das forças partidárias concorrentes fosse intermitente e pouco eficaz, como de facto sucedeu. O tema foi por isso maioritariamente construído na esfera do consenso, com instâncias ocasionais em que migrou pontualmente para a esfera da controvérsia legítima, sobretudo no momento em que o Governo Regional foi forçado a comentar as tomadas de posição que contestavam a sua acção.

Além disso, a dimensão terrível do acidente e a sua proximidade terão também convidado a alguma contenção jornalística, pelo menos na primeira semana. As abordagens jornalísticas optaram por enfatizar os esforços de socorro de vítimas e desbloqueamento de estradas, evitando intencionalmente um debate mais técnico sobre responsabilidades civis e políticas.

Pela sua própria natureza, o noticiário televisivo é fragmentado e efémero. Privilegia o “estar lá”, o “chegar primeiro” e “mostrar o efeito em bruto”, assumindo muito mais dificuldades para manipular ferramentas responsáveis de contextualização do desastre, das suas causas e consequências e dos cursos possíveis de acção para solucionar as consequentes tragédias (Paanti *et al*, 2012: 194). As direcções de informação terão de interiorizar que, ao enviarem

jornalistas para a cobertura de acontecimentos nefastos como o de 20 de Fevereiro de 2010, terão de os preparar para a realidade crua que os espera, mas também para as estratégias de comunicação das fontes oficiais, com a sua própria agenda, os seus objectivos e os seus pacotes interpretativos já testados. Não o fazendo, arriscam a instrumentalização do seu medium e a sua redução a uma mera caixa de ressonância.

Bibliografia

- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres, Sage.
- Bennet, L. (1990), *Towards a Theory of Press-State Relationships in the United States*, *Journal of Communication*, 40(2), 103-127
- Brighton, P. e Foy, D. (2007), *News Values*, Sage, Londres.
- Cintra Torres, E. (2006), *Tragédia Televisiva. Um Género Dramático da Informação Audiovisual*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Cottle, S. (1999), *Global Crisis Reporting: Journalism in the Global Age*, Maidenhead, Open University Press.
- Durham, F. (2008), *Media Ritual in Catastrophic Time – The Populist Turn in Television Coverage of Hurricane Katrina*, *Journalism*, 9 (1), 95-116.
- Dynes, R. (2000), *The Dialogue Between Voltaire and Rousseau on the Lisbon Earthquake*, *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 18 (1), 97-115.
- Gamson, W. e Modigliani, A. (1989), *Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach*, *American Journal of Sociology*, 95, 1-37.
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge, Polity.
- Hallin, D. (1986), *The Uncensored War: The Media and the Vietnam*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Joye, S. (2010), *News Media and the (De)construction of Risk: How Flemish Newspapers Select and Cover International Disasters*, *Catalan Journal of Communication*, 2(2), 253-266.
- Liebes, T. (1998), *Television's Disaster Marathons: A Danger for Democratic Processes? In T. Liebes & J. Curran (Eds.), Media, Ritual and Identity*, Londres, Routledge, 71-84.
- Ministério Público (2011), *Processo n.º 537/10. 3TAFUN*, Funchal.
- Murteira, H. (2004), *The Lisbon's Earthquake of 1755: the Catastrophe and its European Repercussions*, *Economia Global e Gestão*, 10, 79-99
- Oliveira, R. P., Almeida, A. B., Sousa, J., Pereira, M. J., Portela, M.M., Coutinho, M.A., Ferreira, R. e Lopes, S. (2010), *A Avaliação do Risco de Aluviões na Ilha da Madeira*, Apresentado no 10º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, Porto de Galinhas, Brasil.
- Paanti, M., Wahl-Jorgensen, K. e Cottle, S. (2012), *Disasters and the Media*, Nova Iorque, Peter Land Publishing.



Pereira Rosa, G. (2013), *Os Novos Riscos nas Notícias*, Dissertação de Doutoramento defendida no ISCTE em 13 de Maio de 2013.

Quintal, R. (1999), *Aluviões da Madeira. Séculos XIX e XX*, Revista Territorium, 6, Coimbra, Minerva, 31-47.

Rebelo, J. (2006), *Prolegómenos à Narrativa Mediática do Acontecimento*. Trajectos, (8-9), 17-27.

Santos, J. R. (2003), *A Verdade da Guerra*, Lisboa, Gradiva.

Semetko, H. e Valkenburg, P. (2000), *Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News*, Journal of Communication, 50(2), 93-109.

Silva, J. B., Almeida, F. e Gomes, C. (2003), *Impacte Ambiental Provocado pela Construção Subterrânea na Baixa Citadina do Funchal*, Comunicação apresentada ao 10.º Congresso da Sociedade Portuguesa de Geotecnia, 23 de Maio de 2003.

Tierney, K., Bevc, C. e Kuligowski, E. (2006), *Metaphors Matter: Disaster Myths, Media Frames and Their Consequences in Hurricane Katrina*, The Annals of the American Academy, 604, 57-81.

Van Dijk, T. (1988), *Semantics of a Press Panic. The Tamil 'Invasion*, European Journal of Communication, 3 (2), 167-187.

Willis, J. (2003), *The Human Journalist: Reporters, Perspectives and Emotions*, Westport, Praeger.

Wolfsfeld, G. (1997), *Media and Political Conflict – News From the Middle East*. Cambridge, Cambridge University Press.